

HABEAS CORPUS Nº 499.729 - PE (2019/0079495-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ADEMAR RIGUEIRA NETO E OUTROS
ADVOGADOS : ADEMAR RIGUEIRA NETO - PE011308
MARIA CAROLINA DE MELO AMORIM - PE021120
FRANCISCO DE ASSIS LEITÃO - PE018663
TALITA DE VASCONCELOS MONTEIRO CARIBÉ - PE023792
ANDRÉ LUIZ CAÚLA REIS - PE017733
BRUNNO TENÓRIO LISBOA DOS SANTOS - PE024450
EDUARDO LEMOS LINS DE ALBUQUERQUE - PE037001
GISELLE HOOVER SILVEIRA - PE039265
AMANDA DE BRITO FONSECA - PE033974
ALINE COUTINHO FERREIRA - PE035920
MARCONDES FREITAS PEQUENO JUNIOR - PE042013
MANUELA ALVES DE BARROS CORREIA - PE042757
ALEXANDRE VALE DO RÊGO BARROS FILHO - PE046395
LAUDENOR PEREIRA NETO - PE047610
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : DAVI COSTA MOURA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DAVI COSTA MOURA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 4/7/2018, juntamente com outros réus, pela suposta prática das condutas descritas no art. 33 e no art. 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, pois foram encontrados no interior do veículo que estavam os acusados "3 porções de haxixe perfazendo o total de aproximadamente 127g [cento e vinte e sete gramas]" (e-STJ fl. 23). O Juízo de origem, posteriormente, converteu a custódia em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que concedeu liminar, determinando a liberdade do paciente, com imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV e V, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 42/45). No mérito, a Corte estadual concedeu a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 25):

HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ART. 33 DA LEI 11.343/06. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA EM SEDE DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.

REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA NÃO CONFIGURADOS. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A MEDIDA. DESNECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA MEDIDA. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319, INCISOS I, IV E V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

Na presente impetração, a defesa alega "*restar ausente os requisitos necessários para imposição das medidas cautelares, bem como a manifesta atipicidade da conduta do Paciente*" (e-STJ fl. 5).

Acentua que "*as medidas cautelares foram aplicadas sem que fosse demonstrada a sua efetiva necessidade e compatibilidade ao caso concreto, sem análise dos fatos do processo e nem mesmo as condições pessoais do Paciente*". Ressalta, ainda, que "*o Paciente não apresenta qualquer risco ao regular andamento da instrução criminal, notadamente porque a conduta do Sr. Davi Costa Moura sequer se enquadra em algumas das formas típicas previstas no art. 33 da Lei n. 11.343/06*" (e-STJ fl. 16).

Diante disso, pleiteia, em tema liminar, a suspensão das medidas cautelares impostas ao paciente no acórdão ora combatido até o julgamento definitivo do writ. No mérito, requer a revogação das medidas cautelares impostas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Com efeito, as medidas cautelares impostas, em análise preliminar, não se mostram proporcionais ao caso concreto. Veja-se (e-STJ fls. 23/24):

De fato, ao se analisar as declarações prestadas por testemunhas e pelos acusados na Delegacia (fls. 15/28), percebe-se que o paciente estava no carro com Mozart Matheús Cavalcanti Reis e Igor Reis Castelo Branco, quando foram abordados por policiais militares, os quais apreenderam 3 porções de haxixe perfazendo o total de aproximadamente 127g, encontradas no automóvel em questão. Ocorreu que Mozart Matheus e Igor Reis alegaram peremptoriamente que a droga encontrada no veículo não pertencia

ao ora paciente e que o mesmo estava no veículo pegando uma carona para o bairro de Boa Viagem.

[...]

Com efeito, o juízo de piso justificou a medida "para garantir a ordem pública e aplicação da lei penal porque os autuados, no seu modo de agir, demonstram periculosidade face a organização que, pelo menos neste momento, apresentam na prática delitiva". Ocorre que não há nos autos, até agora, elementos que indiquem a participação do paciente na organização criminosa.

Assim, nas hipóteses em que a fundamentação do decreto prisional encontra-se insuficiente para justificar a medida, impõe-se a concessão da liberdade.

[...]

Ante o exposto, confirmando a decisão liminar proferida, voto pela concessão da ordem para que o paciente DAVI COSTA MOURA aguarde o desfecho do processo de NPU nº 0012634-50.2018.8.17.0001 em liberdade - sem prejuízo da decretação de nova prisão preventiva, desde que concretamente fundamentada - com o **estabelecimento das medidas cautelares** previstas no art. 319, incisos I (**comparecimento periódico em juízo**), IV (**proibição de ausentar-se da Comarca**), V (**recolhimento domiciliar no período noturno**), do Código Processual Penal. (Grifei.)

Com efeito, a imposição de medidas cautelares demanda que sejam apresentados fundamentos concretos, o que não se vislumbra, neste momento, no acórdão proferido pela instância ordinária. Em verdade, o Desembargador relator aponta no voto condutor apenas a inexistência de elementos probatórios que conduzam à participação do paciente na associação criminosa, além de indicar que os testemunhos dos demais réus foram pela inocência de DAVI COSTA MOURA.

A esse respeito:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO WRIT ORIGINÁRIO. ALEGADA INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. CONSTATAÇÃO. PACIENTE PRIMÁRIO. QUANTIDADE NÃO CONSIDERÁVEL DA DROGA APREENDIDA. DESPROPORCIONALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Com a advento da Lei n. 12.403/2011, passou o legislador a prever outras medidas cautelares que deverão ser impostas preferencialmente à segregação, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, figurando agora a custódia processual como a

ultima medida a ser decretada.

2. Para a imposição das medidas cautelares deverá ser observada a presença do fumus comissi delicti - materialidade e indícios de autoria - e do periculum ao regular andamento da ação penal, exigindo-se, ainda, em cada caso concreto, o exame dos vetores necessidade e adequabilidade.

3. Na espécie, observa-se que a revogação da prisão preventiva do recorrente foi condicionada às medidas cautelares menos gravosas e limitou-se o Tribunal de origem a ressaltar a ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, a primariedade do paciente e a reduzida quantidade da droga apreendida, fundamentos que não evidenciam o periculum libertatis exigido para imposição das medidas restritivas e, por consequência, a adequação e a proporcionalidade das cautelares impostas.

4. Recurso ordinário em habeas corpus provido para revogar as medidas cautelares impostas ao recorrente. (RHC 93.516/RS, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 16/11/2018, grifei.)

Ante o exposto, **defiro a liminar** para suspender as medidas cautelares impostas no acórdão ora combatido, permitindo que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ* ou o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias – o que ocorrer primeiro.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se, ainda, que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, também, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator